

O modelo de reconhecimento kantiano e a crítica de Deleuze

Daniel Borgoni¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o modelo de reconhecimento kantiano desenvolvido em sua *Crítica da Razão Pura* por meio da análise de Deleuze. Inicialmente, apresentaremos a crítica de Hume quanto à possibilidade do conhecimento *a priori*. Então, reconstruiremos o percurso teórico que Kant faz na *Crítica da Razão Pura* para defender o conhecimento *a priori* propondo a razão transcendental. Por fim, exporemos a crítica de Deleuze ao transcendental kantiano que afirma que Kant não demonstra o acordo entre as faculdades e decalca as estruturas transcendentais sobre o empírico, evidenciando que Kant não escapa do psicologismo.

Palavras-chave: Deleuze, Kant, conhecimento, transcendental, empírico.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the Kantian model of recognition in his *Critique of Pure Reason* through Deleuze's analysis. Initially, we present the Hume's criticism about the possibility of knowledge *a priori*. Then, we will reconstruct the theoretical route that Kant takes in *Critique of Pure Reason* to defend an *a priori* knowledge proposing the transcendental reason. Finally, we will expose the criticism raised by Deleuze of Kantian transcendental that affirms that Kant does not demonstrate the agreement among the faculties and trace the transcendental structures upon the empirical, evidencing that Kant does not escape of psychologism.

Keywords: Deleuze, Kant, knowledge, transcendental, empirical.

I – O empirismo de Hume

O empirista britânico David Hume desferiu um golpe contra a metafísica em sua obra *Investigações sobre o Entendimento Humano*² quando argumentou que não é legítimo defender a existência de relações necessárias no âmbito das questões de fato, isto é, aquelas que envolvem relações de tempo e espaço, identidade e causalidade. Assim, ao contrário do que ocorreria com as relações de ideias³, por exemplo, a

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: dborgoni@hotmail.com

² Também em seu *Tratado da Natureza Humana*.

³ Segundo Hume (2003, p.53) os objetos da investigação humana se dividiam em 'questões de fato' e 'relações de ideias'. Estas últimas seriam as ciências da geometria, álgebra e aritmética.

necessidade contida num teorema de geometria, não poderíamos afirmar com certeza que, por exemplo, o fogo é a causa do calor ou que sempre quando existir fogo, existirá calor. Em outras palavras, sob o ponto de vista do mero raciocínio, ou seja, *a priori*, não podemos ter conhecimento.

Para fazer tais afirmações, Hume defendeu que não podemos afirmar nada aquém nem além do que nos é dado na experiência, ou seja, o conhecimento deve começar pela experiência e não deve ir além dela. Ainda segundo o princípio da diferença⁴, “nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram, nem os efeitos que dele provirão (HUME, 2003, p.56).”

Desse modo, aquilo que aparece à mente humana deve ser considerado como objeto da percepção⁵ e não como coisa em si. Devemos então considerar o calor e o fogo como duas percepções distintas e independentes uma da outra, e como cada percepção não remete a nada distinto dela, não podemos atribuir uma relação essencial entre ambas.

Assim, a nossa experiência com o calor e o fogo, que nos parece objetiva e necessária, não passa de uma relação subjetiva, que segundo Hume, seria fundada nos princípios de associação de ideias (semelhança, contigüidade e causalidade) e no hábito, princípio da natureza humana que não pode revelar a essência de uma inferência causal. Em outras palavras, podemos atribuir certa regularidade às percepções, mas não podemos estabelecer relações de necessidade provenientes de nossa experiência sensível, pois estas são fluxos de percepções descontínuas.

II - O transcendental kantiano

Para o professor de metafísica de Königsberg Immanuel Kant, se colocássemos o fundamento do conhecimento na experiência, no sujeito empírico humano, não sairíamos de um psicologismo, na medida em que não poderíamos produzir enunciados necessários e universais quanto a fatos e eventos. Em outras palavras, Hume mostrara

⁴ Segundo esse princípio humiano, tudo o que é diferente é distinguível e tudo o que é distinguível é separável.

⁵ Hume (2003, p.34) dividia as percepções em impressões e ideias, sendo que as primeiras precederiam e eram as causas das últimas.

que se pensássemos as relações de causa e efeito a partir da existência dos objetos, não poderíamos ter um conhecimento anterior ao aparecimento do objeto que não passasse de ilusão. Em resumo, sem um conhecimento *a priori* não teríamos ciência, pois não poderíamos pensar o objeto como fator fundamental do conhecimento.

Mediante tal argumentação, Kant defendeu que era necessário rever a análise do conhecimento do sensível proveniente do empirismo humiano, e demonstrar que a necessidade e universalidade de certas relações eram legitimadas por uma razão transcendental, ou seja, que os dados da experiência, de alguma forma, estariam submetidos às representações *a priori* do sujeito. Nesse sentido, teria que mostrar que o conceito de causalidade não vinha da experiência, mas tinha respaldo em uma razão transcendental. Para tanto, era preciso investigar como o sujeito conhece, ou seja, investigar as faculdades e o modo como se relacionam.

Desse modo, em sua *Crítica da Razão Pura*, Kant começou defendendo uma alteração de método que inverteu a relação de conhecimento até então estabelecida entre o objeto e o sujeito. Daí Kant afirmar a semelhança de seu empreendimento filosófico com a revolução copernicana⁶, pois não se tratava mais de conhecer os objetos eles mesmos, mas de estabelecer um “conhecimento *a priori* destes objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados (KANT, 2008, p.20).”

Nesse sentido, as nossas representações não se regulariam pelas coisas, mas sim seriam as nossas representações que regulariam os objetos enquanto fenômenos. Kant restringiu o âmbito do conhecimento, na medida em que o conhecer não era mais sinônimo de pensar, mas estava restrito aos limites do que chamou de experiência possível, de modo que esta estaria submetida às estruturas transcendentais do sujeito racional. Em outras palavras, eu poderia pensar algo fora da experiência possível, como, por exemplo, a existência da alma humana, mas agora não poderia mais afirmar que se tratava de conhecimento, na medida em que conhecimento não era algo derivado do objeto, mas constituiria o objeto enquanto fenômeno.

Kant chamou de estética transcendental à ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*, ou seja, como era estruturada a apreensão do mundo pelo sujeito racional que se referia à sensibilidade. Vejamos a diferenciação entre intuição empírica e intuição *a priori* que Kant faz:

⁶ Sobre a revolução copernicana afirma Kant: “não podendo prosseguir na explicação dos movimentos celestes enquanto admitia que toda multidão de estrelas moviam-se em torno do espectador, tentou se não daria melhor resultado fazer antes girar o espectador e deixar os astros imóveis (KANT, 2008, p.20).”

O efeito de um objeto sobre a capacidade representativa, na medida em que por ele somos afetados, é a sensação. A intuição que se relaciona com o objeto, por meio de sensação, chama-se empírica. O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se fenômeno. Dou o nome de matéria ao que no fenômeno corresponde à sensação; ao que, porém, possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado segundo determinadas relações, dou o nome de forma do fenômeno. (KANT, 2008, p.61-62)

Nesse sentido, a matéria de todos os fenômenos nos é dada *a posteriori* enquanto sua forma é dada *a priori* pelo sujeito racional. Desse modo, Kant argumentou que o tempo e o espaço eram as condições de possibilidade das sensações como formas *a priori* e delimitam suas próprias fronteiras, na medida em que trabalham com fenômenos, e não com coisas em si, sendo condições de possibilidade do conhecimento por experiência. Para Kant:

O tempo é a condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral. O espaço enquanto forma pura de toda a intuição externa, limita-se, como condição *a priori*, simplesmente aos fenômenos externos. (KANT, 2008, p.73)

Se o tempo e o espaço são estruturas estéticas transcendentais de apreensão de mundo que são comuns ao sujeito racional, que se antecipa à percepção de todo objeto, eles são condições subjetivas de todos os fenômenos. Assim, “o tempo e o espaço são, portanto, duas fontes de conhecimento das quais se podem extrair *a priori* diversos conhecimentos sintéticos (KANT, 2008, p.76).”

Além das estruturas estéticas, era necessária uma ciência das regras do entendimento que Kant chamou de lógica transcendental, na medida em que a experiência possível, ou o conhecimento *a priori*, provinha destas duas fontes do espírito. Para tanto, os conceitos puros do entendimento, sob a forma de categorias, determinavam os objetos pela sua própria natureza, ou seja, as representações teriam que ser *a priori*.

A lógica agora não poderia ser pensada isoladamente como lógica geral, pois essa não visava o vínculo com a estética, visto que não pensava na origem do objeto. Assim, era preciso que o entendimento *a priori* visasse este vínculo com o tempo e o espaço enquanto formas *a priori* para evitar que enganos que extrapolassem a experiência possível fossem tomados como ‘conhecimento’. Nas palavras de Kant, “a lógica transcendental defronta-se com um diverso da sensibilidade *a priori*, que a estética transcendental lhe fornece, para dar uma matéria aos conceitos puros do entendimento (KANT, 2008, p.108).”



Desse modo, quando as representações sensíveis passam para o conceito, temos, de fato, conhecimento, ou seja, o tempo e o espaço, enquanto receptividade, são a possibilidade de intuir o diverso, e o entendimento, enquanto espontaneidade, precisa se referir a estes elementos apriorísticos do fenômeno. Assim, “a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento (KANT, 2008, p.108).”

A esta atividade do espírito, Kant vai dar o nome de ‘síntese’. Ele vai argumentar que, embora a intuição e o entendimento sejam duas faculdades heterogêneas, a responsável pela síntese em geral é a imaginação. Em outras palavras, a imaginação vai fazer a ponte entre entendimento e intuição, tendo em vista que ela teria a parte intelectual e a parte sensível. Desse modo, a ‘verdade’, até então aceita como a correspondência entre o intelecto e as coisas, será interpretada por Kant como sendo a correspondência de dois tipos de representação, isto é, a representação sensível e a representação lógica.

Assim, para que haja conhecimento, Kant afirma:

O que primeiro nos tem que ser dado para efeito do conhecimento de todos os objetos *a priori* é o diverso da intuição pura; a síntese desse diverso pela imaginação é o segundo passo, que não proporciona ainda conhecimento. Os conceitos, que conferem *unidade* a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objeto e assentam no entendimento. (KANT, 2008, p.109/110)

A síntese pura pressupõe a intuição *a priori*, a imaginação que percorre, recebe e liga o diverso, e o entendimento que remete a síntese da imaginação a conceitos *a priori*, isto é, aos conceitos puros do entendimento ou categorias. Representada de uma maneira universal, esta síntese deve se assentar sobre uma unidade sintética universal do entendimento, ou seja, a um ‘eu’.

Na dedução transcendental, Kant demonstrará qual o elemento último que fundamenta a experiência. Teremos um ‘eu penso’ que acompanha o diverso, mas o que trará necessidade é o eu transcendental como uma autoconsciência ou uma apercepção originária que acrescenta o ‘eu penso’ a cada uma das partes do diverso, e quando acrescenta, ela sintetiza. A identidade do sujeito transcendental é o que dará identidade ao objeto pela atividade analítica ‘eu = eu’ que pressupõe uma síntese. Desse modo, o

eu transcendental, que é o fundamento do eu empírico, também dá unidade ao objeto, entendido como objeto de toda experiência possível, e ao eu empírico.



III - A crítica de Deleuze a Kant

Deleuze afirma que, do mesmo modo que Descartes, Kant partilhava uma mesma imagem dogmática do pensamento que pressupunha a boa imagem deste, ou seja, o pensamento tendo uma natureza reta e buscando naturalmente o verdadeiro. Nesse sentido, o pensamento seria o exercício natural de uma faculdade.

Estes pressupostos filosóficos eram retirados do elemento puro do senso comum, na medida em que eram pressupostos subjetivos de um ‘todo mundo sabe’ o que significa ‘eu’, ‘ser’ e ‘pensar’. Nesse sentido, afirma Deleuze:

Com efeito, existe um modelo: o da reconhecimento. A reconhecimento se define pelo exercício concordante de todas as faculdades sobre um objeto suposto como sendo o mesmo: é o mesmo objeto que pode ser visto, tocado, lembrado, imaginado, concebido (...) e a unidade do sujeito pensante do qual todas as outras faculdades devem ser modos. (DELEUZE, 2006, p.131)

Assim, o modelo de reconhecimento é compreendido na imagem dogmática do pensamento e pode ser definido: (1) por um exercício concordante das faculdades, ou seja, as faculdades irão se reportar à experiência conforme a maneira particular de cada uma lidar com o objeto da experiência e chegarão a um resultado idêntico, isto é, ao reconhecimento do objeto; (2) pela unidade de um sujeito pensante como, por exemplo, o *cogito* cartesiano, que se reflete na identidade do objeto e que “exprime a unidade de todas as faculdades no sujeito (DELEUZE, 2006, p.132).”

Na *Crítica da Razão Pura* verificamos que o entendimento é a faculdade legisladora em relação à qual as outras faculdades têm que colaborar, ou seja, pressupondo a concordância das faculdades é o entendimento que submete os dados da experiência às suas próprias regras. Nas palavras de Deleuze:

Em Kant, o problema da relação do sujeito e do objeto tende, pois, a interiorizar-se: converte-se no problema de uma relação entre faculdades subjetivas que diferem em natureza. (DELEUZE, 1963, p.22)

Desse modo, Kant tenta promover um acordo entre faculdades heterogêneas na medida em que, como vimos, a imaginação faz a conciliação entre a intuição e os

conceitos, ou seja, ela seria um termo homogêneo a estas faculdades, harmonizando a sensibilidade com o entendimento *a priori*. Nas palavras de Deleuze: “Kant invoca a síntese e o esquematismo da imaginação que se aplica *a priori* às formas da sensibilidade em conformidade com os conceitos (DELEUZE, 1963, p.29).”

Deleuze critica a solução kantiana, pois o acordo que Kant propõe com o esquema transcendental, que é produto da imaginação, não acaba com o problema, apenas desloca-o, na medida em que a imaginação e o entendimento também diferem em natureza e continua um mistério como ocorre o acordo entre essas duas faculdades. Em outras palavras, a noção deste esquema que Kant propõe funcionaria desde que este pudesse demonstrar a existência de uma harmonia entre o esquema e o entendimento, mas este esquema é exterior, não demonstrando como a imaginação entra em acordo com o entendimento. Em resumo, na *Crítica da Razão Pura*, Kant propõe um acordo entre as faculdades, mas não demonstra sua gênese.

A crítica de Deleuze ao modelo de reconhecimento kantiano também incide sobre as três sínteses que Kant afirma como sendo necessárias para todo o conhecimento, a saber, a síntese da apreensão na intuição, a síntese da reprodução na imaginação e a síntese da reconhecimento no conceito, de modo que as duas primeiras culminam na terceira. Deleuze vai acusar Kant de decalcar a subjetividade transcendental do empírico, isto é, “as estruturas ditas transcendentais sobre os atos empíricos de uma consciência psicológica (DELEUZE, 2006, p.133).” Para tanto, Deleuze vai abordar à primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, onde este decalque está explícito. Baseados nesta e em Deleuze, é o que demonstraremos a seguir.

Como vimos, Kant começa por expor a síntese empírica da apreensão na intuição afirmando que as nossas representações, como modificações do espírito e, em última análise, todos os nossos conhecimentos representados, estão submetidos a “condição formal do sentido interno, ao tempo, no qual devem ser conjuntamente ordenados, ligados e postos em relação (KANT, 2008, p.136).”

Na medida em que toda intuição contém um diverso e que o espírito distingue o tempo na série de impressões sucessivas, o diverso é representado como unidade. Kant afirma que é necessária uma síntese da apreensão para que a intuição compreenda os elementos diversos percorridos num todo. Também esta síntese deve ser praticada *a priori*, sob a pena de não termos as representações *a priori* do espaço e do tempo.

Deleuze afirma que a síntese transcendental da apreensão é decalcada da síntese empírica da apreensão na intuição, na medida em que estas representações *a priori* só podem “ser produzidas pela síntese do diverso que a sensibilidade fornece na sua receptividade originária (KANT, 2008, p.137).”

Kant constrói sua síntese transcendental em função de uma analogia com a síntese empírica, isto é, a síntese pura só existe porque existe uma síntese empírica subjacente. Nas palavras de Deleuze “a síntese transcendental da apreensão é diretamente induzida de uma apreensão empírica (DELEUZE, 2006, p.133).”

Trataremos agora da crítica deleuziana que incide sobre a síntese da reprodução na imaginação. Antes, porém, lembremos o que Kant afirmou sobre esta síntese. De acordo com ele, a lei empírica de reprodução das representações na imaginação permite-nos que, segundo uma regra constante, o espírito possa passar de uma representação a outra, de modo que esta lei pressupõe que os próprios fenômenos estejam submetidos a esta regra. Pois, se esta lei não existisse, a imaginação empírica não teria nunca o que fazer, mantendo-se uma faculdade morta.

Exemplificando, Kant afirma que se o cinábrio fosse ora de uma cor, ora de outra cor, a imaginação nunca receberia no pensamento a representação da cor vermelha do cinábrio. “Deve, portanto, haver qualquer coisa que torne possível esta reprodução dos fenômenos, servindo de princípio *a priori* a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos (KANT, 2008, p.139).”

Kant afirma que chegamos a isto quando refletimos sobre o que são os fenômenos, isto é, não como coisas em si, mas jogos das nossas representações, e que resultam, em ultimo caso, das “determinações do sentido interno (KANT, 2008, p.139).” Em outras palavras, os fenômenos obedecem a princípios *a priori* e a síntese pura da reprodução na imaginação está assentada sobre estes princípios. Esta síntese transcendental pura da imaginação fundamenta “a possibilidade de toda a experiência, enquanto esta pressupõe, necessariamente, a reprodutibilidade dos fenômenos (KANT, 2008, p.139).”

Deleuze afirma que existe uma circularidade no argumento kantiano, na medida em que a síntese da reprodução na imaginação também é diretamente induzida de uma lei empírica, que é a reprodutibilidade dos fenômenos. Em outras palavras, os fenômenos são submetidos pela síntese da imaginação a princípios que possibilitam

toda a experiência possível, mas para que esta ocorra, os fenômenos precisam se submeter às regras de uma imaginação empírica, pois, como afirmou o próprio Kant, caso contrário, a imaginação seria uma faculdade morta.

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant afirma que para termos o conceito e, portanto, conhecimento, as faculdades devem concordar com vistas a uma unidade. Assim, é preciso uma terceira síntese que Kant nomeia de síntese da reconhecimento no conceito. Desse modo, precisa ser reunido na unidade do conceito o diverso intuído pela síntese da apreensão na sensibilidade e reproduzido pela síntese da imaginação.

Lembremos que esta unidade só pode ser alcançada pela consciência enquanto apercepção transcendental que precede todos os dados da intuição e a representação destes, sendo *a priori* e, precedendo, assim, toda experiência. Kant afirma que “esta consciência una é que reúne numa representação o diverso, sucessivamente intuído e depois também reproduzido (KANT, 2008, p.142).”

Assim, o que se conhece por meio do conceito é um objeto intuído na sensibilidade, reproduzido na imaginação, e reunido sinteticamente pela unidade da consciência que constitui a unidade do objeto enquanto conceito. A consciência sabe da função que ela exerce e é a condição transcendental da realidade objetiva dos objetos de uma experiência possível, na medida em que identifica o conceito com um objeto em geral.

Deleuze defende que a síntese da reconhecimento no conceito também é um decalque de uma síntese empírica, na medida em que em seu interior, como vimos, estão pressupostas as sínteses da apreensão na intuição e a síntese da reprodução na imaginação. Mediante o exposto, Deleuze defende que Kant decalcou as estruturas transcendentais de procedimentos empíricos de uma consciência psicológica.

IV - Conclusão

Em sua *Crítica da Razão Pura*, Kant contestou a impossibilidade do conhecimento *a priori* decorrente do empirismo humiano. Ao deslocar o *a priori* do objeto em si para o sujeito, propondo uma razão transcendental, Kant respondeu a Hume e legitimou a possibilidade de fazermos enunciados necessários e universais quanto a fatos e eventos. Como vimos, o modelo de reconhecimento kantiano tentou estabelecer o acordo entre faculdades heterogêneas por meio de seu esquema

transcendental, produto da imaginação. Contudo, a partir da crítica Deleuze, demonstramos que Kant pressupôs que tal esquema acordava com o entendimento, permanecendo um mistério com tal acordo acontece. Analisamos as três sínteses kantianas necessárias para todo o conhecimento e, baseados em Deleuze, demonstramos que elas foram decalcadas do empírico, o que nos leva a afirmar que Kant não escapou do psicologismo.



Referências

DELEUZE, G. *A Filosofia Crítica da Kant*. Trad. Germiniano Franco. Lisboa: Ed. Edições 70, 1963.

_____. *Diferença e Repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.

_____. *Empirismo e Subjetividade: Ensaio sobre a Natureza Humana segundo Hume*. Trad. Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HUME, D. *Investigações sobre o Entendimento Humano*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

_____. *Tratado da Natureza Humana*. Trad. Deborah Danowski. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. *Prolegómenos a toda Metafísica Futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. Edições 70, 1982.